

Estudo Técnico Preliminar 28/2023

1. Informações Básicas

Número do processo: 01450.003759/2023-11

2. Descrição da necessidade

2.1. A Fundamentação legal da contratação do presente objeto, cuja prestação dos serviços será realizada por terceiros, está prevista na Portaria nº 443, de 27 de dezembro de 2018, do então Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Em seu artigo 1º, a portaria dispõe que, *“no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, serão preferencialmente objeto de execução indireta, dentro outros, os seguintes serviços: [...] X - elaboração de projetos de arquitetura e engenharia e acompanhamento de execução de obras”*.

2.2. Nesse sentido, de modo a justificar a demanda, esclarece-se que no quadro de servidores do Departamento de Projetos e Obras, ainda que existam profissionais de arquitetura e engenharia habilitados, não há disponibilidade operacional para que desenvolvam o objeto da presente contratação, sem causar impacto nas demais atividades em curso.

2.3. Registra-se que o serviço a ser contratado possui natureza de serviço comum de engenharia, sendo ofertado por diferentes empresas no mercado, o que garante a competitividade, e, conseqüentemente, uma contratação mais vantajosa à Administração, descartando enquadramento ao art. 74 da Lei 14.133/2021. Igualmente, o valor de referência para a contratação não se enquadra no inciso I do art. 75 da Lei 14.133/2021, inviabilizando a realização do processo licitatório por meio de dispensa eletrônica.

2.4. A presente contratação visa a obtenção de atualização da data-base de orçamentos de referência para contratação de obras, documentação essa que já obteve em exercícios anteriores aprovação técnica, mas que atualmente encontra-se defasada, referentes às ações de preservação do patrimônio cultural brasileiro, cuja intervenção tenha sido priorizada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico nacional – Iphan. Esclarece-se que, após a atualização a ser contratada, os documentos serão novamente submetidos à avaliação das unidades competentes do Iphan, visando-se nova aprovação técnica, com o objetivo de viabilizar as contratações das obras e serviços correspondentes.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Departamento de Projetos e Obras	Bruno Ferreira da Paixão

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. A contratação dos serviços de revisão se faz necessária para viabilizar o início da execução de obras que tenham sido priorizadas pelo Iphan, especialmente as integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Cidades Históricas, conforme Portaria Iphan 383, de 20 de agosto de 2013. Ressalta-se que, em todos os casos, as ações cuja atualização seja desenvolvida no âmbito da presente dispensa, já foram consideradas no passado tecnicamente aptas a receberem recursos do programa. No entanto, não receberam autorização para que a obra ou serviço fosse iniciado, devido a peculiaridades de cada exercício, especialmente indisponibilidade orçamentária. Sendo assim, considerando o cenário de finalização das obras em andamento e de atual disponibilidade orçamentária para novas contratações, há necessidade de adequar as documentações técnicas à atual realidade de mercado, com o fito de promover a preservação do patrimônio cultural brasileiro, garantindo também que o orçamento disponibilizado ao Iphan seja integralmente executado.

4.2. Os serviços serão prestados sob demanda, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Estudo Técnico Preliminar (SEI nº 4456692) e no Termo de Referência (SEI nº 4466185), sob coordenação do Departamento de Projetos e Obras. Os produtos e serviços serão executados e entregues conforme demanda apresentada pela área contratante.

4.3. A demanda será quantificada por ação, sendo cada ação definida pela descrição do objeto sob análise, conforme anexo da Portaria Iphan 383, de 20 de agosto de 2013.

4.3.1. Para fins de cálculo da estimativa de prazo para conclusão dos serviços demandados, o conjunto de 20 ações será dividido em 4 (quatro) etapas, cada uma contendo 5 (cinco ações), devendo-se considerar o período de 30 dias corridos para o desenvolvimento de 1 (uma) etapa.

4.3.2. Para fins de cálculo da estimativa de custo, quantificou-se o valor de cada ação com base em uma relação entre o somatório das áreas das 10 (dez) ações priorizadas, dividido pela quantidade de ações, no caso 10 (dez). Assim, obteve-se a área média para uma ação, cuja quantidade pôde ser multiplicada pelo valor unitário do serviço por m², chegando-se ao valor de referência de **R\$ 13.711,82** (treze mil, setecentos e onze reais e oitenta e dois centavos) por ação.

4.4. A contratada deverá executar serviços de acordo com a tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	QUANTIDADE DE AÇÃO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO POR AÇÃO	VALOR MÁXIMO ESTIMADO
1	Contratação de empresa para prestar serviços de obtenção de atualização de data-base de orçamento de referência para a contratação de obra de restauração	20	R\$ 13.711,82	R\$ 274.236,40
TOTAL				R\$ 274.236,40

4.5. A licitante deverá apresentar, no mínimo, 2 (dois) atestados de capacidade técnica, comprovando que já forneceu serviços semelhantes ao objeto deste Estudo Técnico.

4.6. Ao menos 1 (um) dos atestados de capacidade técnica para revisão de planilha orçamentária de referência de obra de engenharia deve ser relacionado a trabalhos no campo do patrimônio cultural ou área correlata, como orçamento para intervenção em edificação tombada ou em área de tombamento, em restauração de bens integrados, em novas construções associadas a bens tombados, em requalificação urbana de áreas valoradas, podendo considerar tombamentos em níveis federal, estadual ou municipal.

4.7. O atestado deverá ser fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado e conter nome (razão social), CNPJ e endereço completo da Contratante e da Contratada; características do serviço prestado, descrição do objeto contendo área e valor da intervenção, data da prestação dos serviços; data da emissão, nome, cargo, telefone e assinatura do responsável pela emissão do atestado.

4.8. Após o processo licitatório, a proposta ganhadora deverá apresentar, no prazo de até 10 dias úteis, o currículo de cada profissional e as devidas certificações, devendo ser necessariamente profissional habilitado na área de arquitetura, engenharia ou restauração, com registro no respectivo conselho profissional, como forma de demonstrar experiência e apontar o responsável técnico.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Para o cálculo do valor estimado, tendo em vista que não se localizou contratações anteriores com objeto similar (atualização de orçamento), tomou-se como base custos para a elaboração em si de orçamentos de referência para a contratação de obras, utilizando tal paradigma como teto a ser praticado pela Administração, a exemplo do serviço da Tabela SBC (Região BSA - Brasília - DF) de código 109, cuja unidade de medida é o m², e é descrito como "Operação orçamento de obras SBC - Com levantamento fornecido", com valor de referência de **R\$ 13,04/m²** (treze reais e quatro centavos por metro quadrado), o que totalizaria **R\$ 31.988,95** (trinta e um mil novecentos e oitenta e oito reais e noventa e cinco centavos) por ação, resultando em **R\$ 639.779,00**

(seiscentos e trinta e nove mil setecentos e setenta e nove reais) para o total das 20 ações. Tais referências foram elencados para a pesquisa de preço, destacando que foi solicitada cotação a 4 (quatro) fornecedores, tendo havido resposta de 3 (três) empresas, conforme comunicações eletrônicas disponíveis.

5.2. Nesse sentido, a pesquisa de preço abaixo foi realizada de acordo com os parâmetros do Art. 5º da IN SEGES /ME Nº 65/2021, junto a três fornecedores dos serviços em discussão, sendo a própria experiência demonstrada a motivação para atendimento ao inciso VIII do artigo 3º da supracitada instrução normativa.

MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS					
Item	Descrição	Quantidade de ações	Pessoa Jurídica	Valor Unitário	Valor Total
1	Contratação de empresa para prestar serviços de obtenção de atualização de data-base de orçamento de referência para a contratação de obra de restauração de patrimônio	20	1. Metha Engenharia Eireli (CNPJ: 41.647.559 /0001-95)	R\$ 7.604,90	R\$ 152.098,00
			2. Oca Serviços de Arquitetura (CNPJ: 36.845.811 /0001-30)	R\$ 13.711,82	R\$ 274.236,40
			3. Luiz Caio Avila Diniz ME (CNPJ: 05.795.987 /0001-00)	R\$ 15.756,00	R\$ 315.120,00
Valor estimado a partir da mediana entre os valores obtidos				R\$ 13.711,82	R\$ 274.236,40

5.3. Segundo inciso IV do Art. 5º da IN SEGES ME nº 65/2021, a pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a contratação de serviços em geral, deve ser feita diretamente com, “no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital”. Para tanto, priorizou-se os seguintes critérios para a consulta: I - Experiência de prestação de serviços para a Administração Pública em contratos anteriores, tendo em vista o desenvolvimento de trabalhos com o próprio Iphan e/ou com bens valorados; II - Avaliação prévia sobre entendimento do produto a ser produzido e capacidade de resposta técnica, com base em conversas realizadas pela equipe do Iphan com as empresas; III - Apresentação à equipe do Iphan de proposta de custo.

5.4. O método estatístico escolhido foi o cálculo da mediana entre os preços praticáveis, tendo em vista que: é um método que tende a sofrer menos influência de valores muito altos ou muito baixos, há baixa quantidade de

propostas e há grande variação de valores. Assim, o valor estimado a partir da mediana foi de **R\$ 274.236,40** (duzentos e setenta e quatro mil, duzentos e trinta e seis reais e quarenta centavos). A título de comparação, o valor da média das três propostas recebidas seria de **R\$ 247.151,47** (duzentos e quarenta e sete mil, cento e cinquenta e um reais e quarenta e sete centavos), influenciado especialmente pelo menor valor de cotação da série. Assim, e considerando ainda que não foi definido um preço de referência para comparação com as cotações recebidas, optou-se por não descartar nenhum valor.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A presente contratação visa a obtenção de atualização da data-base dos orçamentos de referência para contratação de obras, documentação essa que já obteve em exercícios anteriores aprovação técnica, mas que atualmente encontra-se defasada, referentes às ações de preservação do patrimônio cultural brasileiro, cuja intervenção tenha sido priorizada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico nacional – Iphan. Esclarece-se que, após a atualização a ser contratada, os documentos serão novamente submetidos à avaliação das unidades competentes do Iphan, visando-se nova aprovação técnica, com o objetivo de viabilizar as contratações das obras e serviços correspondentes.

6.2. Conforme preconizado no PAC Cidades Históricas - Manual para Execução de Ações em Edificações de Uso Público - Versão 5.1, o produto desenvolvido deve ser entregue em formato PDF e em suas versões editáveis, sendo:

6.2.1. Orçamentos e cronogramas em planilha eletrônica compatível com padrão xls, versão 2000.

6.2.2. Descritivos em arquivo eletrônico compatível com padrão doc, versão 2000.

6.3. Considerando que o produto integrará procedimento licitatório para contratação de obra, o orçamento deve estar equiparado à fase de projeto executivo, ressalvados os casos em que a estratégia de execução esteja compatível com os incisos V e VI do artigo 46 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Esclarece-se que os casos da referida ressalva, caso existam, serão previamente informados pelo Iphan.

6.4. Tendo em vista a fase de projeto requisitada, e observando as disposições do Decreto 7.983/2013, o orçamento de referência desenvolvido deve conter, no mínimo: orçamento resumido, orçamento sintético, orçamento analítico com composições de preços unitários detalhadas; tabela comparativa de cotações de mercado (acompanhada dos espelhos/comprovantes), composições de BDI (incluindo diferenciado); composição de leis e encargos sociais, memória de cálculo; além de cronograma físico-financeiro.

6.5. Ainda, observando as disposições do Decreto 7.983/2013, as atualizações devem ser executadas adequando os orçamentos para a data-base, SINAPI e/ou outra base de custos oficial (devido a peculiaridades locais e/ou da ação), mais atual disponível no momento da ordem de início de cada etapa. Assim, não serão aceitos orçamentos em desacordo com o disposto neste item.

6.6. Para o caso em tela, detalha-se a seguir atribuições de cada parte:

6.6.1. Compete ao Iphan:

6.6.1.1. Estabelecer o grupo de 5 (cinco) ações que comporá a primeira etapa, indicando, entre elas, a ordem de prioridades a serem trabalhadas pela contratada. Para tanto, deverá ser obtido junto às Superintendências Estaduais do Iphan manifestação atestando que o escopo que foi tecnicamente aprovado em exercícios anteriores se mantém inalterado, comprovando que a necessidade para a documentação é exclusivamente atualização de data-base do orçamento aprovado.

6.6.1.2. Fornecer em até 30 (trinta) dias corridos a relação de ações que compõem a primeira etapa, com sinalização da priorização e ateste de vigência do escopo da intervenção, acompanhada das versões mais atualizadas disponíveis dos projetos (arquitetura e complementares) e do orçamento, aprovados nos termos da Portaria Iphan 420/2010 e considerados em análises técnicas realizada pelo Departamento de Projetos e Obras (DPO/Iphan) tecnicamente aptos para contratação de obra, conforme notas técnicas contidas nos processos específicos de cada ação;

6.6.1.3. No âmbito de atribuições do DPO/lphan, em conformidade com o Manual do PAC Cidades Históricas, analisar em até 30 dias corridos para cada etapa, os produtos apresentados pelo contratado, emitindo manifestação formal sobre a necessidade de ajustes ou sobre a aptidão técnica.

6.6.2. Compete à contratada:

6.6.2.1. Executar (cada etapa) em até 30 (trinta) dias corridos, a partir da data de recebimento da documentação fornecida pelo lphan, a atualização da data-base dos orçamentos de referência para contratação de obras, observando a legislação pertinente e as diretrizes requeridas previamente pelo lphan;

6.6.2.2. Executar (cada etapa) em até 15 (quinze) dias corridos, a partir da data de recebimento da notificação emitida pelo lphan, os ajustes necessários à documentação técnica de orçamento, com base em análise técnica realizada pelo lphan;

6.6.2.3. Emitir os necessários registros de responsabilidade técnica associados às atualizações dos orçamentos de referência;

6.6.2.4. Manter o lphan informado sobre o andamento das operações, com o fornecimento quinzenal de informações sobre o desenvolvimento dos produtos, em meio digital, além de garantir o atendimento às solicitações extraordinárias de informação;

6.7. Os serviços descritos acima serão quantificados por ação, em conformidade com os quantitativos estimados na planilha abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	Contratação de empresa para prestar serviços de obtenção de atualização de data-base de orçamento de referência para a contratação de obra de restauração	25119 (SERVICO DE CALCULO / DESENHO E MEMORIAL DESCRITIVO)	Unidade	20

6.8. Para o cálculo da estimativa de prazo para conclusão dos serviços pela contratada, considerar-se-á o período de 30 (trinta) dias corridos para o desenvolvimento de cada etapa, observando eventuais necessidades de prorrogação em decorrência da identificação de erros e omissões nos produtos apresentados.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A presente contratação de serviços de atualização da data-base de orçamentos de referência para contratação de obras visa a viabilização do início da execução de obras integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Cidades Históricas, conforme Portaria lphan 383, de 20 de agosto de 2013, e de acordo com a priorização definida pelo lphan, tendo em vista o orçamento disponível para o ano de 2023 e já planejando o cenário de novas execuções no ano de 2024. Nesse sentido, quantificou-se a contratação do serviço para 20 (vinte) ações.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 274.236,00

8.1. Com o fito de se obter o preço unitário para cada ação, adotou-se m² como unidade, pois é a unidade comumente utilizada para se precificar serviços de elaboração de projetos, orçamentos, entre outros, tendo, como

exemplo, o serviço da Tabela SBC (Região BSA - Brasília - DF) de código 109, cuja unidade de medida é o m², e é descrito como "Operação orçamento de obras SBC - Com levantamento fornecido". No entanto, tendo em vista que cada ação possui uma tipologia diferente, visto que as ações do programa podem ser desde restauração de igrejas, casarões, teatros e museus até requalificações urbanas e de infraestrutura, resultando em diferentes áreas (m²) de intervenção, considerando ainda que o grupo de 20 ações não está integralmente definido (depende de sinalização de qual será a priorização adotada pelo Iphan), e de modo a viabilizar os recebimentos por ação ou grupo de ações, construiu-se uma metodologia mista, tomando como referência 10 ações tecnicamente aptas com Planos de Ação aprovados, somando suas respectivas áreas e dividindo o total por 10. Dessa forma, obtém-se um valor de área média por ação, com base em uma amostra razoável.

8.2. Assim, a amostra contém as ações listadas abaixo, com base nos autos do Processo 01450.002350/2023-70, que informa sobre a decisão da Diretoria Colegiada do Iphan acerca dos Planos de Ação aprovados para 2023:

UF	MUNICÍPIO	AÇÃO Nº	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	ÁREA (m ²)
BA	Maragogipe	57.035	Restauração da Antiga Casa de Câmara e Cadeia	1.973,85 m ²
MG	Diamantina	31.156	Restauração do antigo Diamantina Tênis Clube	1.743,00 m ²
MG	Diamantina	31.159	Restauração do sobrado da Antiga Intendência (antiga prefeitura)	1.109,20 m ²
MG	Sabará	39.184	Restauração do Casarão do Museu do Ouro e anexo	691,69 m ²
MG	São João del Rei	41.191	Restauração da Igreja Matriz N. S. do Pilar	1.760,00 m ²
MG	Serro	43.209	Restauração da Igreja de Santa Rita	336,30 m ²
PE	Olinda	60.294	Restauração do Mosteiro de São Bento e anexo I e II	7.231,68 m ²
PE	Recife	38.302	Restauração da Igreja Matriz de Santo Antônio	2.070,41 m ²
RS	Porto Alegre	37.369	Restauração do Mercado Público	7.151,96 m ²
SE	São Cristóvão	68.402	Restauração do Sobrado do Balcão Corrido	439,65 m ²
TOTAL				24.531,39 m²
TOTAL/10 = ÁREA MÉDIA POR AÇÃO				2.453,14 m²

8.3. Portanto, as próprias ações são as unidades de medida para quantificar as entregas, com base em um preço unitário por ação (a partir da área média), permitindo a obtenção de um preço total para as 20 ações, sem a necessidade de definição dos objetos previamente à contratação do serviço de atualização.

8.4. Para o cálculo do valor estimado, tendo em vista que não se localizou contratações anteriores com objeto similar (atualização de orçamento), tomou-se como base custos para a elaboração em si de orçamentos de

referência para a contratação de obras, utilizando tal paradigma como teto a ser praticado pela Administração, a exemplo do serviço da Tabela SBC (Região BSA - Brasília - DF) de código 109, cuja unidade de medida é o m², e é descrito como "Operação orçamento de obras SBC - Com levantamento fornecido", com valor de referência de **R\$ 13,04/m²** (treze reais e quatro centavos por metro quadrado), o que totalizaria **R\$ 31.988,95** (trinta e um mil novecentos e oitenta e oito reais e noventa e cinco centavos) por ação, resultando em **R\$ 639.779,00** (seiscentos e trinta e nove mil setecentos e setenta e nove reais) para o total das 20 ações. Tais referências foram elencados para a pesquisa de preço, destacando que foi solicitada cotação a 4 (quatro) fornecedores, tendo havido resposta de 3 (três) empresas, conforme comunicações eletrônicas disponíveis.

8.5. Nesse sentido, a pesquisa de preço abaixo foi realizada de acordo com os parâmetros do Art. 5º da IN SEGES /ME Nº 65/2021, junto a três fornecedores dos serviços em discussão, sendo a própria experiência demonstrada a motivação para atendimento ao inciso VIII do artigo 3º da supracitada instrução normativa.

MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS					
Item	Descrição	Quantidade de ações	Pessoa Jurídica	Valor Unitário	Valor Total
1	Contratação de empresa para prestar serviços de obtenção de atualização de data-base de orçamento de referência para a contratação de obra de restauração de patrimônio	20	1. Metha Engenharia Eireli (CNPJ: 41.647.559 /0001-95)	R\$ 7.604,90	R\$ 152.098,00
			2. Oca Serviços de Arquitetura (CNPJ: 36.845.811 /0001-30)	R\$ 13.711,82	R\$ 274.236,40
			3. Luiz Caio Avila Diniz ME (CNPJ: 05.795.987 /0001-00)	R\$ 15.756,00	R\$ 315.120,00
Valor estimado a partir da mediana entre os valores obtidos				R\$ 13.711,82	R\$ 274.236,40

8.6. Segundo inciso IV do Art. 5º da IN SEGES ME nº 65/2021, a pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a contratação de serviços em geral, deve ser feita diretamente com, "no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital". Para tanto, priorizou-se os seguintes critérios para a consulta: I - Experiência de prestação de serviços para a Administração Pública em contratos anteriores, tendo em vista o desenvolvimento de trabalhos com o próprio Iphan e/ou com bens valorados; II - Avaliação prévia sobre entendimento do produto a ser produzido e capacidade de resposta técnica,

com base em conversas realizadas pela equipe do Iphan com as empresas; III - Apresentação à equipe do Iphan de proposta de custo.

8.7. O método estatístico escolhido foi o cálculo da mediana entre os preços praticáveis, tendo em vista que: é um método que tende a sofrer menos influência de valores muito altos ou muito baixos, há baixa quantidade de propostas e há grande variação de valores. Assim, o valor estimado a partir da mediana foi de **R\$ 274.236,40** (duzentos e setenta e quatro mil, duzentos e trinta e seis reais e quarenta centavos). A título de comparação, o valor da média das três propostas recebidas seria de **R\$ 247.151,47** (duzentos e quarenta e sete mil, cento e cinquenta e um reais e quarenta e sete centavos), influenciado especialmente pelo menor valor de cotação da série. Assim, e considerando ainda que não foi definido um preço de referência para comparação com as cotações recebidas, optou-se por não descartar nenhum valor.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Considerando que será contratada apenas uma tipologia de serviço, a solução não será parcelada.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Estão em andamento:

10.1.1. Processo 01450.003605/2023-11: Trata de contratação de software para análise e elaboração de orçamento, a ser utilizado internamente no Iphan como ferramenta para viabilizar que os próprios servidores façam com mais eficiência e celeridade as intervenções necessárias, além de análises, nos orçamentos de referência para a contratação de obras e serviços em patrimônios culturais materiais cujas execuções sejam priorizadas pelo Iphan.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. De acordo com o Decreto nº 11.178, de 19 de agosto 2022, que aprova a estrutura regimental do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), a instituição tem como uma de suas finalidades “preservar o patrimônio cultural do País, nos termos do disposto no art. 216 da Constituição” (anexo I, art. 2º, I), estando o Departamento de Projetos e Obras (DPO) responsável por:

“I - coordenar, monitorar, executar e avaliar:

a) programas, projetos e ações especiais de incentivo à preservação do patrimônio cultural conduzidos no âmbito do Iphan; e

b) projetos e obras de preservação do patrimônio cultural, de forma articulada com os demais órgãos específicos singulares e com as Superintendências do Iphan;

II - articular ações com os demais órgãos e entidades da administração pública federal e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios para a viabilização de programas, projetos e ações especiais e de incentivo; e

III - apoiar, prestar assistência técnica, orientar, acompanhar e supervisionar as Superintendências no exercício das suas atribuições.”

11.2. Nesse sentido, a presente contratação está em consonância com o indicador estratégico nº 16 do Planejamento Estratégico Institucional - PEI 2021-2024 -, aprovado pela Portaria nº 23 de 17 de maio de 2021 no âmbito do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. O indicador diz respeito à quantidade de obras de intervenção em bens tombados nas cidades históricas, de modo a viabilizar a entrega de 15 obras por ano, somando um total de 60 obras durante a vigência do PEI.

11.3. A Coordenação-Geral de Gestão de Obras, segundo a Portaria Iphan 63, de 29 de dezembro de 2022, possui as seguintes atribuições:

I - Supervisionar, acompanhar e avaliar a execução de obras do Iphan para preservação do Patrimônio Cultural Material, de forma articulada com os demais departamentos e unidades descentralizadas;

II - Definir critérios de priorização para as ações propostas, em observância ao planejamento estratégico do Instituto;

III - Apoiar e orientar as unidades descentralizadas quanto à execução das ações relacionadas à execução de obras do Iphan para preservação do Patrimônio Cultural Material;

IV - Acompanhar a publicação dos instrumentos de formalização de execução de projetos e obras, assim como de suas reprogramações, apostilamentos e termos aditivos em conformidade com a legislação vigente;

V - Realizar análise de conformidade junto às unidades executoras, através do acompanhamento da execução física e da gestão de descentralização orçamentária dos projetos e obras de preservação do patrimônio cultural material;

VI - Dar encaminhamento as respectivas prestações de contas dos instrumentos firmados no âmbito dos programas, projetos e ações aos órgãos ou setores responsáveis, em conformidade com a legislação vigente e quando assim dispuserem as normas operacionais específicas."

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Busca-se com a contratação obter, de forma célere e assertiva, a atualização de orçamentos de referência que haviam sido tecnicamente aprovados no passado, mas que, em decorrência do tempo transcorrido, tornaram-se defasados. Pretende-se, com o material produzido, viabilizar o início da execução de obras que tenham sido priorizadas pelo Iphan, especialmente as integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Cidades Históricas, conforme Portaria Iphan 383, de 20 de agosto de 2013.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Serão disponibilizadas ao prestador de serviços por meio de correspondência eletrônica as versões mais atualizadas disponíveis dos projetos (arquitetura e complementares) e do orçamento, aprovados nos termos da Portaria Iphan 420/2010 e considerados em análise técnica realizada pelo Departamento de Projetos e Obras (DPO/Iphan) tecnicamente aptos para contratação de obra, conforme notas técnicas específicas contidas nos processos SEI de cada ação.

13.2. O Iphan estabelecerá o grupo de 5 (cinco) ações que comporá a primeira etapa, indicando, entre elas, a ordem de prioridades a serem trabalhadas pela contratada. Para tanto, deverá ser obtido junto às Superintendências Estaduais do Iphan manifestação atestando que o escopo que foi tecnicamente aprovado em exercícios anteriores se mantém inalterado, comprovando que a necessidade para a documentação é exclusivamente atualização de data-base do orçamento aprovado.

13.3. Após a assinatura do contrato, será fornecida à contratada em até 30 (trinta) dias corridos a relação de ações que compõem da primeira etapa, com sinalização da priorização e ateste de vigência do escopo da intervenção, acompanhada das versões mais atualizadas disponíveis dos projetos (arquitetura e complementares) e do orçamento, aprovados nos termos da Portaria Iphan 420/2010 e considerados em análises técnicas realizada pelo Departamento de Projetos e Obras (DPO/Iphan) tecnicamente aptos para contratação de obra, conforme notas técnicas contidas nos processos específicos de cada ação.

13.4. No mais, no âmbito de atribuições do DPO/Iphan, em conformidade com o Manual do PAC Cidades Históricas, o departamento deverá analisar em até 30 dias corridos para cada etapa, os produtos apresentados pelo contratado, emitindo manifestação formal sobre a necessidade de ajustes ou sobre a aptidão técnica.

13.4.1. Observação 1: Os prazos estabelecidos são estimados para um conjunto de 5 (cinco) ações, mas permite-se que sejam realizadas entregas parciais na medida em que a contratada finalize a atualização de

cada orçamento. Para tanto, mantém-se a previsão de 15 (quinze) dias corridos para que o Iphan realize as análises pertinentes de cada orçamento específico.

13.4.2. Observação 2: Os serviços não constituem mão de obra em regime de exclusividade, sendo realizado fora das dependências do Iphan e, portanto, não constituindo nenhum gasto além do valor global destinado à contratação do serviço.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. A prestação dos serviços será realizada de forma digital, por meio de softwares de elaboração de projetos e de orçamentos, e envio por meio de correio eletrônico, não sendo necessárias impressões, de modo a reduzir os impactos ambientais.

14.2. Eventuais deslocamentos físicos não estão previstos no âmbito da presente contratação, reduzindo decorrentes impactos ambientais. Na mesma medida, caso a contratada se mobilize por conta própria para realizar visitas, tais medidas acontecerão às expensas da contratada, não recaindo sobre o Iphan responsabilidade no que se refere a repasse de recursos.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

1. Esta equipe de planejamento declara esta contratação viável, justificando que o serviço a ser contratado possui natureza de serviço comum de engenharia, sendo ofertado por diferentes empresas no mercado, o que garante a competitividade, e, consequentemente, uma contratação mais vantajosa à Administração, descartando enquadramento ao art. 74 da Lei 14.133/2021. Igualmente, o valor de referência para a contratação não se enquadra no inciso I do art. 75 da Lei 14.133/2021, inviabilizando a realização do processo licitatório por meio de dispensa eletrônica.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

BRUNO FERREIRA DA PAIXAO

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 13/09/2023 às 11:27:47.

ALBERVAN DE SOUZA MIRANDA

Equipe de planejamento da contratação



Assinou eletronicamente em 13/09/2023 às 10:07:15.

BERNARDO PINHO RODRIGUES

Equipe de planejamento da contratação



Assinou eletronicamente em 04/09/2023 às 16:00:22.

PAULO ALVES FERREIRA FILHO

Equipe de planejamento da contratação



Assinou eletronicamente em 04/09/2023 às 16:24:34.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Cotação para serviço de atualização de data-base de orçamento de obra pública de restauração - ArqBsb.pdf (974.48 KB)
- Anexo II - Cotação para serviço de atualização de data-base de orçamento de obra pública de restauração - Metha.pdf (380.66 KB)
- Anexo III - Cotação para serviço de atualização de data-base de orçamento de obra pública de restauração - Oca.pdf (787.79 KB)

**Anexo I - Cotação para serviço de atualização de data-base
de orçamento de obra pública de restauração - ArqBsb.pdf**

Bernardo Pinho Rodrigues

De: Arqbsb Arquitetura e Construção <arqbsb@yahoo.com.br>
Enviado em: sexta-feira, 16 de junho de 2023 17:40
Para: Bernardo Pinho Rodrigues
Assunto: Re: Cotação para serviço de atualização de data-base de orçamento de obra pública de restauração

Sinalizador de acompanhamento:

Acompanhar

Status do sinalizador:

Concluída

Boa tarde Bernardo, inicialmente gostaria de agradecer ao convite para esta estimativa de valores, pelo que vimos será uma atualização de valores do orçamento para os dias atuais, para fins de licitação. E nas obras citadas teremos composições de custo do SINAPI e de outros órgãos além de composições de custo específicas criadas por demandas, diferenciadas e de acordo com as necessidades de cada serviço/obra de restauração.

Além da atualização dos orçamentos a por consequência a atualização do cronograma.BDI, Consideramos também que os quantitativos já existem e estão fornecidos nas respectivas planilhas os quais embasaram o orçamento apresentado para atualização, objeto desta cotação.

CPF: 60216646120 - luiz caio AVILA DINIZ
CNPJ 05795987000100 LUIZ CAIO AVILA DINIZ ME

ENDERECO : SIA TRECHO 3 LOTE 990 SALAS 206/207 ED ITAU

o valor estimado por unidade para realização do serviço, com base no nosso entendimento da complexidade e da lista de ações e de R\$ 15.756 x 20 = 315.120

Arqbsb Arquitetura e Construção | Brasília-DF | +55 61 3242-4821 | +55 61 99227-0274 | +55 61 99974-1958 | www.arqbsb.com.br | Skype: arqbsb | Siga-nos no [Instagram Comercial](#), [Facebook](#), [Linkedin](#), [Instagram Social](#)

Em terça-feira, 13 de junho de 2023 às 15:13:19 BRT, Bernardo Pinho Rodrigues <bernardo.rodrigues@iphan.gov.br> escreveu:

Prezado Caio,

Conforme contato telefônico, envio por meio deste e-mail **pedido de cotação de preço** para a realização de serviço de atualização de data-base de planilha orçamentária para contratação de obra. Nesse sentido, em observação à IN SEGES 65/2021, **ressaltamos que há necessidade de resposta até o dia 16/06/2023** e solicitamos que a proposta contenha, no mínimo, as seguintes informações:

a. descrição do objeto, valor unitário e total;

b. número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente;

c. endereços físico e eletrônico e telefone de contato;

d. data de emissão; e

e. nome completo e identificação do responsável.

Para tanto, relacionamos a seguir os parâmetros do objeto da contratação:

1. DETALHAMENTO DO OBJETO

a. A presente contratação visa a obtenção de atualização da data-base dos orçamentos de referência para contratação de obras, documentação essa que já obteve em exercícios anteriores aprovação técnica, mas que atualmente encontra-se defasada, referentes às ações de preservação do patrimônio cultural brasileiro, cuja intervenção tenha sido priorizada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan. Esclarece-se que, após a atualização a ser contratada, os documentos serão novamente submetidos à avaliação das unidades competentes do Iphan, visando-se nova aprovação técnica, com o objetivo de viabilizar as contratações das obras e serviços correspondentes.

b. Conforme preconizado no PAC Cidades Históricas - Manual para Execução de Ações em Edificações de Uso Público - Versão 5.1, o produto desenvolvido deve ser entregue em formato PDF e em suas versões editáveis, sendo:

i. Orçamentos e cronogramas em planilha eletrônica compatível com padrão xls, versão 2000.

ii. Descritivos em arquivo eletrônico compatível com padrão doc, versão 2000.

c. Considerando que o produto integrará procedimento licitatório para contratação de obra, o orçamento deve estar equiparado à fase de projeto executivo, ressalvados os casos em que a estratégia de execução esteja compatível com os incisos V e VI do artigo 46 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Esclarece-se que os casos da referida ressalva, caso existam, serão previamente informados pelo Iphan.

d. Tendo em vista a fase de projeto requisitada, e observando as disposições do Decreto 7.983/2013, o orçamento de referência desenvolvido deve conter, no mínimo: orçamento resumido, orçamento sintético, orçamento analítico com composições de preços unitários detalhadas; tabela comparativa de cotações de mercado (acompanhada dos espelhos/comprovantes), composições de BDI (incluindo diferenciado); composição de leis e encargos sociais, memória de cálculo; além de cronograma físico-financeiro.

e. Ainda, observando as disposições do Decreto 7.983/2013, as atualizações devem ser executadas adequando os orçamentos para a data-base, SINAPI e/ou outra base de custos oficial (devido a peculiaridades locais e/ou da ação), mais atual disponível no momento da ordem de início de cada etapa. Assim, não serão aceitos orçamentos em desacordo com o disposto neste item.

f. Para o caso em tela, detalha-se a seguir atribuições de cada parte:

g. Compete ao Iphan:

i. Fornecer de imediato as versões mais atualizadas disponíveis dos projetos (arquitetura e complementares) e do orçamento, aprovados nos termos da Portaria Iphan 420/2010 e considerados em análises técnicas realizada pelo Departamento de Projetos e Obras (DPO/Iphan) tecnicamente aptos para contratação de obra, conforme notas técnicas contidas nos processos específicos de cada ação;

ii. No âmbito de atribuições das Superintendências Estaduais do Iphan, em conformidade com a Portaria 420/2010, analisar em até 15 dias corridos os produtos apresentados pelo contratado, emitindo manifestação formal em caso de necessidade de ajustes, ou encaminhando a documentação para o DPO/Iphan acompanhada de manifestações formais de aprovação;

iii. No âmbito de atribuições do DPO/Iphan, em conformidade com o Manual do PAC Cidades Históricas, analisar em até 15 dias corridos a documentação encaminhada pelas Superintendências Estaduais do Iphan, emitindo manifestação formal sobre a necessidade de ajustes ou sobre a aptidão técnica.

h. Compete à contratada:

i. Executar (cada etapa) em até 30 (trinta) dias corridos, a partir da data de recebimento da documentação fornecida pelo Iphan, a atualização da data-base dos orçamentos de referência para contratação de obras, observando a legislação pertinente e as diretrizes requeridas previamente pelo Iphan;

ii. Quando os orçamentos analisados não obtiverem aprovação técnica do Iphan, executar (cada etapa) em até 15 (quinze) dias corridos, a partir da data de recebimento da notificação emitida pelo Iphan, os ajustes necessários à documentação técnica de orçamento;

iii. Emitir os necessários registros de responsabilidade técnica associados às atualizações dos orçamentos de referência;

iv. Manter o Iphan informado sobre o andamento das operações, com o fornecimento quinzenal de informações sobre o desenvolvimento dos produtos, em meio digital, além de garantir o atendimento às solicitações extraordinárias de informação.

2. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

a. Com o fito de se obter o preço unitário para cada ação, adotou-se m2 como unidade, pois é a unidade comumente utilizada para se precificar serviços de elaboração de projetos, orçamentos, entre outros, tendo, como exemplo, o serviço da Tabela SBC (Região BSA - Brasília - DF) de código 109, cuja unidade de medida é o m2, e é descrito como "Operação orçamento de obras SBC - Com levantamento fornecido". No entanto, tendo em vista que as ações estão distribuídas em várias cidades do país, que cada uma possui uma tipologia diferente (pois as ações do programa podem ser desde restauração de igrejas, bens integrados, casarões, teatros e museus até requalificações urbanas e de infraestrutura), contendo ou não composições próprias que exijam atualização de pesquisa de mercado, resultando em diferentes áreas (m2) de intervenção, considerando ainda que o grupo de 20 ações não está integralmente definido (depende de sinalização de qual será a priorização adotada pelo Iphan), e de modo a viabilizar os recebimentos por ação ou grupo de ações, construiu-se uma metodologia mista, tomando como referência 10 ações tecnicamente aptas com Planos de Ação aprovados, somando suas respectivas áreas e dividindo o total por 10. Dessa forma, obtém-se um valor de área média por ação, com base em uma amostra razoável.

b. Assim, a amostra contém as ações listadas abaixo:

UF	MUNICÍPIO	AÇÃO Nº	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	ÁREA (m²)	VALOR APROVADO (R\$)	DATA-BASE
BA	Maragogipe	57.035	Restauração da Antiga Casa de Câmara e Cadeia	1.973,85 m²	R\$ 11.756.891,98	06/2019
MG	Diamantina	31.156	Restauração do antigo Diamantina Tênis Clube	1.743,00 m²	R\$ 8.690.953,15	11/2021
MG	Diamantina	31.159	Restauração do sobrado da Antiga Intendência (antiga prefeitura)	1.109,20 m²	R\$ 2.337.346,64	03/2020
MG	Sabará	39.184	Restauração do Casarão do Museu do Ouro e anexo	691,69 m²	R\$ 2.319.091,91	02/2020
MG	São João del Rei	41.191	Restauração da Igreja Matriz N. S. do Pilar	1.760,00 m²	R\$ 8.913.718,91	07/2016
MG	Serro	43.209	Restauração da Igreja de Santa Rita	336,30 m²	R\$ 3.948.515,26	02/2020
PE	Olinda	60.294	Restauração do Mosteiro de São Bento e anexo I e II	7.231,68 m²	R\$ 10.679.385,74	10/2019
PE	Recife	38.302	Restauração da Igreja Matriz de Santo Antônio	2.070,41 m²	R\$ 3.811.172,26	08/2020
RS	Porto Alegre	37.369	Restauração do Mercado Público	7.151,96 m²	R\$ 10.003.505,45	07/2019
SE	São Cristóvão	68.402	Restauração do Sobrado do Balcão Corrido	439,65 m²	R\$ 1.223.368,93	12/2019

TOTAL	24.531,39 m²	R\$ 63.683.950,23	
TOTAL/10 = ÁREA MÉDIA POR AÇÃO	2.453,14 m²		

c. Portanto, as próprias ações são as unidades de medida para quantificar as entregas, com base em um preço unitário por ação (a partir da área média), permitindo a obtenção de um preço total para as 20 ações, sem a necessidade de definição dos objetos previamente à contratação do serviço de atualização.

d. A demanda será quantificada por ação, sendo cada ação definida pela descrição do objeto sob análise, conforme anexo da Portaria Iphan 383, de 20 de agosto de 2013.

e. Para fins de cálculo da estimativa de prazo para conclusão dos serviços demandados, o conjunto de 20 ações será dividido em 4 (quatro) etapas, cada uma contendo 5 (cinco ações), devendo considerar-se no mínimo 1 (uma) etapa para cada 30 (trinta) dias corridos.

f. A contratada deverá apresentar, no mínimo, 2 (dois) atestados de capacidade técnica, comprovando que já forneceu serviços semelhantes ao objeto deste Estudo Técnico.

g. Ao menos 1 (um) dos atestados de capacidade técnica para revisão de planilha orçamentária de referência de obra de engenharia deve ser relacionado a trabalhos no campo do patrimônio cultural ou área correlata, como orçamento para intervenção em edificação tombada ou em área de tombamento, em restauração de bens integrados, em novas construções associadas a bens tombados, em requalificação urbana de áreas valoradas, podendo considerar tombamentos em níveis federal, estadual ou municipal.

h. O atestado deverá ser fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado e conter nome (razão social), CNPJ e endereço completo da Contratante e da Contratada; características do serviço prestado, descrição do objeto contendo área e valor da intervenção, data da prestação dos serviços; data da emissão, nome, cargo, telefone e assinatura do responsável pela emissão do atestado.

i. Após o processo licitatório, a proposta ganhadora deverá apresentar, no prazo de até 10 dias úteis, o currículo de cada profissional e as devidas certificações, devendo ser necessariamente profissional habilitado na área de arquitetura, engenharia ou restauração, com registro no respectivo conselho profissional, como forma de demonstrar experiência e apontar o responsável técnico.

Coloco-me à disposição para esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

Obrigado.

Atenciosamente,

Bernardo Pinho Rodrigues

Arquiteto e Urbanista

Departamento de Projetos e Obras – DPO

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SEPS 702/902, Lote C, Centro Empresarial Brasília 50, Torre Iphan, 4º andar – Brasília/DF – CEP: 70390-025
Tel. (61) 2024-6169

bernardo.rodrigues@iphan.gov.br

**Anexo II - Cotação para serviço de atualização de data-base
de orçamento de obra pública de restauração - Metha.pdf**

Bernardo Pinho Rodrigues

De: Metha Engenharia <contato@methaeng.com.br>
Enviado em: sexta-feira, 16 de junho de 2023 15:25
Para: Bernardo Pinho Rodrigues
Assunto: Re: Cotação para serviço de atualização de data-base de orçamento de obra pública de restauração
Anexos: PROPOSTA IPHAN - Atualização de preços de orçamentos - IPHAN.pdf

Sinalizador de acompanhamento: Acompanhar
Status do sinalizador: Concluída

Oi Bernardo, boa tarde!

Segue em anexo, conforme solicitado, a proposta para a realização de serviço de atualização de data-base de planilha orçamentária para contratação de obra.

Att.:



Em 13/06/2023 15:13 -03 Bernardo Pinho Rodrigues <bernardo.rodrigues@iphan.gov.br> escreveu:

Prezada Thaísse,

Conforme contato telefônico, envio por meio deste e-mail **pedido de cotação de preço** para a realização de serviço de atualização de data-base de planilha orçamentária para contratação de obra. Nesse sentido, em observação à IN SEGES 65/2021, **ressaltamos que há necessidade de resposta até o dia 16/06/2023** e solicitamos que a proposta contenha, no mínimo, as seguintes informações:

- a. descrição do objeto, valor unitário e total;
- b. número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente;
- c. endereços físico e eletrônico e telefone de contato;
- d. data de emissão; e
- e. nome completo e identificação do responsável.

Para tanto, relacionamos a seguir os parâmetros do objeto da contratação:

1. DETALHAMENTO DO OBJETO

- a. A presente contratação visa a obtenção de atualização da data-base dos orçamentos de referência para contratação de obras, documentação essa que já obteve em exercícios anteriores aprovação técnica, mas que atualmente encontra-se defasada, referentes às ações de preservação do patrimônio cultural brasileiro, cuja intervenção tenha sido priorizada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan. Esclarece-se que, após a atualização a ser contratada, os documentos serão novamente submetidos à avaliação das unidades competentes do Iphan, visando-se nova aprovação técnica, com o objetivo de viabilizar as contratações das obras e serviços correspondentes.
- b. Conforme preconizado no PAC Cidades Históricas - Manual para Execução de Ações em Edificações de Uso Público - Versão 5.1, o produto desenvolvido deve ser entregue em formato PDF e em suas versões editáveis, sendo:
- i. Orçamentos e cronogramas em planilha eletrônica compatível com padrão xls, versão 2000.
- ii. Descritivos em arquivo eletrônico compatível com padrão doc, versão 2000.
- c. Considerando que o produto integrará procedimento licitatório para contratação de obra, o orçamento deve estar equiparado à fase de projeto executivo, ressalvados os casos em que a estratégia de execução esteja compatível com os incisos V e VI do artigo 46 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Esclarece-se que os casos da referida ressalva, caso existam, serão previamente informados pelo Iphan.
- d. Tendo em vista a fase de projeto requisitada, e observando as disposições do Decreto 7.983/2013, o orçamento de referência desenvolvido deve conter, no mínimo: orçamento resumido, orçamento sintético, orçamento analítico com composições de preços unitários detalhadas; tabela comparativa de cotações de mercado (acompanhada dos espelhos/comprovantes), composições de BDI (incluindo diferenciado); composição de leis e encargos sociais, memória de cálculo; além de cronograma físico-financeiro.
- e. Ainda, observando as disposições do Decreto 7.983/2013, as atualizações devem ser executadas adequando os orçamentos para a data-base, SINAPI e/ou outra base de custos oficial (devido a peculiaridades locais e/ou da ação), mais atual disponível no momento da ordem de início de cada etapa. Assim, não serão aceitos orçamentos em desacordo com o disposto neste item.
- f. Para o caso em tela, detalha-se a seguir atribuições de cada parte:
- g. Compete ao Iphan:
- i. Fornecer de imediato as versões mais atualizadas disponíveis dos projetos (arquitetura e complementares) e do orçamento, aprovados nos termos da Portaria Iphan 420/2010 e considerados em análises técnicas realizada pelo Departamento de Projetos e Obras (DPO/Iphan) tecnicamente aptos para contratação de obra, conforme notas técnicas contidas nos processos específicos de cada ação;
- ii. No âmbito de atribuições das Superintendências Estaduais do Iphan, em conformidade com a Portaria 420/2010, analisar em até 15 dias corridos os produtos apresentados pelo contratado, emitindo manifestação formal em caso de necessidade de ajustes, ou encaminhando a documentação para o DPO/Iphan acompanhada de manifestações formais de aprovação;
- iii. No âmbito de atribuições do DPO/Iphan, em conformidade com o Manual do PAC Cidades Históricas, analisar em até 15 dias corridos a documentação encaminhada pelas Superintendências Estaduais do Iphan, emitindo manifestação formal sobre a necessidade de ajustes ou sobre a aptidão técnica.

h. Compete à contratada:

- i. Executar (cada etapa) em até 30 (trinta) dias corridos, a partir da data de recebimento da documentação fornecida pelo Iphan, a atualização da data-base dos orçamentos de referência para contratação de obras, observando a legislação pertinente e as diretrizes requeridas previamente pelo Iphan;
- ii. Quando os orçamentos analisados não obtiverem aprovação técnica do Iphan, executar (cada etapa) em até 15 (quinze) dias corridos, a partir da data de recebimento da notificação emitida pelo Iphan, os ajustes necessários à documentação técnica de orçamento;
- iii. Emitir os necessários registros de responsabilidade técnica associados às atualizações dos orçamentos de referência;
- iv. Manter o Iphan informado sobre o andamento das operações, com o fornecimento quinzenal de informações sobre o desenvolvimento dos produtos, em meio digital, além de garantir o atendimento às solicitações extraordinárias de informação.

2. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

a. Com o fito de se obter o preço unitário para cada ação, adotou-se m² como unidade, pois é a unidade comumente utilizada para se precificar serviços de elaboração de projetos, orçamentos, entre outros, tendo, como exemplo, o serviço da Tabela SBC (Região BSA - Brasília - DF) de código 109, cuja unidade de medida é o m², e é descrito como "Operação orçamento de obras SBC - Com levantamento fornecido". No entanto, tendo em vista que as ações estão distribuídas em várias cidades do país, que cada uma possui uma tipologia diferente (pois as ações do programa podem ser desde restauração de igrejas, bens integrados, casarões, teatros e museus até requalificações urbanas e de infraestrutura), contendo ou não composições próprias que exijam atualização de pesquisa de mercado, resultando em diferentes áreas (m²) de intervenção, considerando ainda que o grupo de 20 ações não está integralmente definido (depende de sinalização de qual será a priorização adotada pelo Iphan), e de modo a viabilizar os recebimentos por ação ou grupo de ações, construiu-se uma metodologia mista, tomando como referência 10 ações tecnicamente aptas com Planos de Ação aprovados, somando suas respectivas áreas e dividindo o total por 10. Dessa forma, obtém-se um valor de área média por ação, com base em uma amostra razoável.

b. Assim, a amostra contém as ações listadas abaixo:

UF	MUNICÍPIO	AÇÃO Nº	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	ÁREA (m ²)	VALOR APROVADO (R\$)	DATA-BASE
BA	Maragogipe	57.035	Restauração da Antiga Casa de Câmara e Cadeia	1.973,85 m ²	R\$ 11.756.891,98	06/2019
MG	Diamantina	31.156	Restauração do antigo Diamantina Tênis Clube	1.743,00 m ²	R\$ 8.690.953,15	11/2021
MG	Diamantina	31.159	Restauração do sobrado da Antiga Intendência (antiga prefeitura)	1.109,20 m ²	R\$ 2.337.346,64	03/2020
MG	Sabará	39.184	Restauração do Casarão do Museu do Ouro e anexo	691,69 m ²	R\$ 2.319.091,91	02/2020
MG	São João del Rei	41.191	Restauração da Igreja Matriz N. S. do Pilar	1.760,00 m ²	R\$ 8.913.718,91	07/2016
MG	Serro	43.209	Restauração da Igreja de Santa Rita	336,30 m ²	R\$ 3.948.515,26	02/2020
PE	Olinda	60.294	Restauração do Mosteiro de São Bento e anexo I e II	7.231,68 m ²	R\$ 10.679.385,74	10/2019

PE	Recife	38.302	Restauração da Igreja Matriz de Santo Antônio	2.070,41 m ²	R\$ 3.811.172,26	08/2020
RS	Porto Alegre	37.369	Restauração do Mercado Público	7.151,96 m ²	R\$ 10.003.505,45	07/2019
SE	São Cristóvão	68.402	Restauração do Sobrado do Balcão Corrido	439,65 m ²	R\$ 1.223.368,93	12/2019
TOTAL				24.531,39 m ²	R\$ 63.683.950,23	
TOTAL/10 = ÁREA MÉDIA POR AÇÃO				2.453,14 m²		

- c. Portanto, as próprias ações são as unidades de medida para quantificar as entregas, com base em um preço unitário por ação (a partir da área média), permitindo a obtenção de um preço total para as 20 ações, sem a necessidade de definição dos objetos previamente à contratação do serviço de atualização.
- d. A demanda será quantificada por ação, sendo cada ação definida pela descrição do objeto sob análise, conforme anexo da Portaria Iphan 383, de 20 de agosto de 2013.
- e. Para fins de cálculo da estimativa de prazo para conclusão dos serviços demandados, o conjunto de 20 ações será dividido em 4 (quatro) etapas, cada uma contendo 5 (cinco ações), devendo considerar-se no mínimo 1 (uma) etapa para cada 30 (trinta) dias corridos.
- f. A contratada deverá apresentar, no mínimo, 2 (dois) atestados de capacidade técnica, comprovando que já forneceu serviços semelhantes ao objeto deste Estudo Técnico.
- g. Ao menos 1 (um) dos atestados de capacidade técnica para revisão de planilha orçamentária de referência de obra de engenharia deve ser relacionado a trabalhos no campo do patrimônio cultural ou área correlata, como orçamento para intervenção em edificação tombada ou em área de tombamento, em restauração de bens integrados, em novas construções associadas a bens tombados, em requalificação urbana de áreas valoradas, podendo considerar tombamentos em níveis federal, estadual ou municipal.
- h. O atestado deverá ser fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado e conter nome (razão social), CNPJ e endereço completo da Contratante e da Contratada; características do serviço prestado, descrição do objeto contendo área e valor da intervenção, data da prestação dos serviços; data da emissão, nome, cargo, telefone e assinatura do responsável pela emissão do atestado.
- i. Após o processo licitatório, a proposta ganhadora deverá apresentar, no prazo de até 10 dias úteis, o currículo de cada profissional e as devidas certificações, devendo ser necessariamente profissional habilitado na área de arquitetura, engenharia ou restauração, com registro no respectivo conselho profissional, como forma de demonstrar experiência e apontar o responsável técnico.

Coloco-me à disposição para esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

Obrigado.

Atenciosamente,

Bernardo Pinho Rodrigues

Arquiteto e Urbanista

Departamento de Projetos e Obras – DPO

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SEPS 702/902, Lote C, Centro Empresarial Brasília 50, Torre Iphan, 4º andar – Brasília/DF – CEP:
70390-025

Tel. (61) 2024-6169

bernardo.rodrigues@iphan.gov.br

PROPOSTA DE ATUALIZAÇÃO DE ORÇAMENTOS



METHA
ENGENHARIA

OBJETO:

- Atualização da data-base dos orçamentos de referência para contratação de obras, documentação essa que já obteve em exercícios anteriores aprovação técnica, mas que atualmente encontra-se defasada, referentes às ações de preservação do patrimônio cultural brasileiro, cuja intervenção tenha sido priorizada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan.

PROPOSTO
POR THAISSE MELO
PARA BERNARDO - IPHAN

A ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

as próprias ações são as unidades de medida para quantificar as entregas, com base em um preço unitário por ação (a partir da área média), permitindo a obtenção de um preço total para as 20 ações, sem a necessidade de definição dos objetos previamente à contratação do serviço de atualização.

O produto desenvolvido deve ser entregue em formato PDF e em suas versões editáveis, sendo:

- Orçamentos e cronogramas em planilha eletrônica compatível com padrão xls, versão 2000.
- Descritivos em arquivo eletrônico compatível com padrão doc, versão 2000.

R\$ 7.604,90

**valor estimado de uma ação,
sendo em média 2.453,14 m²
de obra por ação**

R\$ 152.098,00

**valor estimado de vinte ações,
sendo em média 49.062,80 m²
de obra por ação**

Tempo de elaboração: Para fins de cálculo da estimativa de prazo para conclusão dos serviços demandados, o conjunto de 20 ações será dividido em 4 (quatro) etapas, cada uma contendo 5 (cinco ações), devendo considerar-se no mínimo 1 (uma) etapa para cada 30 (trinta) dias corridos.

Valores considerando emissão de Nota Fiscal e emissão de ART (anotação de responsabilidade técnica).

Validade da proposta de 15 dias corridos.

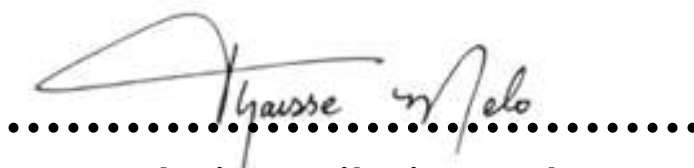
FORMAS DE PAGAMENTO

Banco Inter
Agencia 0001
Conta corrente 14830283-1
Metha Engenharia Eireli
PIX 41.647.559/0001-95

Fornecedor: Metha Engenharia Eireli
CNPJ: 41.647.559/0001-95
Endereço: SCLRN 705 Bloco E Loja 08
Asa Norte - Brasília - Brasil CEP: 70730555

Devem ser executadas adequando os orçamentos para a data-base, SINAPI e/ou outra base de custos oficial (devido a peculiaridades locais e/ou da ação), mais atual disponível no momento da ordem de início de cada etapa. Assim, não serão aceitos orçamentos em desacordo com o disposto neste item.

Brasília, 16 de junho de 2023.



Thaisse Ribeiro Melo

Engenheira civil
+55 (61) 99448-1524
@methaengenharia
www.methaeng.com.br

Anexo III - Cotação para serviço de atualização de data-base de orçamento de obra pública de restauração - Oca.pdf

Bernardo Pinho Rodrigues

De: Sylvio Carneiro de Farias <sylviofarias@uol.com.br>
Enviado em: quinta-feira, 29 de junho de 2023 07:48
Para: Bernardo Pinho Rodrigues
Assunto: RE: Cotação para serviço de atualização de data-base de orçamento de obra pública de restauração

Sinalizador de acompanhamento: Acompanhar
Status do sinalizador: Concluída

Prezado Bernardo,

Em referência ao seu pedido de cotação de preço para a realização de serviço de atualização de data-base de planilha orçamentária para contratação de obra, segue abaixo a proposta de preço da Oca Serviços de Arquitetura Eireli:

1. Proposta de preço referente a atualização de data-base de planilha orçamentária;
2. CNPJ nº 36.845.811/0001-30;
3. SHIGS 704, bloco N, casa 60, Asa Sul, Brasília/DF;
4. Data de emissão em 02/04/2022; e
5. Responsável: Sylvio Carneiro de Farias – RG 17.603.748-2 – SSP/SP.

Sobre a proposta, levou-se em consideração a referência da Tabela SBC (Região BSA - Brasília - DF) de código 109, cuja unidade de medida é o m², e é descrito como "Operação orçamento de obras SBC - Com levantamento fornecido", referência de 06/2023, cujo valor unitário por m² é de R\$ 13,04 (treze reais e quatro centavos) e considerando o BDI de 22,50% o valor total por m² é de R\$ 15,97 (quinze reais e noventa e sete centavos).

Considerando que para a atualização da data-base está sendo adotado o percentual de 35% sobre o valor total da referência acima descrito e que a área média do projeto é de R\$ 2.453,14 m², diante disto, a proposta para cada atualização é de **R\$ 13.711,82 (treze mil, setecentos e onze reais e oitenta e dois centavos)**.

Sem mais para o momento, nos colocamos à disposição para esclarecimentos de dúvidas que for considerada necessárias.

Atenciosamente,

Sylvio Carneiro de Farias
Oca Serviços de Arquitetura
CNPJ: 36.845.811/0001-30

De: "Bernardo Pinho Rodrigues" <bernardo.rodrigues@iphan.gov.br>
Enviada: 2023/06/22 19:12:14
Para: sylviofarias@uol.com.br
Assunto: Re: Cotação para serviço de atualização de data-base de orçamento de obra pública de restauração
Prezado Sylvio,
Podemos marcar sim. Pode ser às 16h.
O endereço consta na assinatura do primeiro e-mail que enviei.
Obrigado.
Atenciosamente,

From: Sylvio Carneiro de Farias <sylviofarias@uol.com.br>
Sent: Thursday, June 22, 2023 5:17:39 PM
To: Bernardo Pinho Rodrigues <bernardo.rodrigues@iphan.gov.br>
Subject: RE: Cotação para serviço de atualização de data-base de orçamento de obra pública de restauração
Prezado Bernardo, boa tarde!

Será possível marcarmos uma reunião presencial amanhã para discutirmos alguns pontos sobre o pedido de cotação? Caso positivo, poderia ser a partir das 16:00hs?

Att.,

Sylvio Farias

De: "Bernardo Pinho Rodrigues" <bernardo.rodrigues@iphan.gov.br>
Enviada: 2023/06/22 11:00:30
Para: sylviofarias@uol.com.br
Cc: dpo@iphan.gov.br, daniel.sombra@iphan.gov.br, bruno.resende@iphan.gov.br, albervan.miranda@iphan.gov.br, mucio.guimaraes@iphan.gov.br
Assunto: Cotação para serviço de atualização de data-base de orçamento de obra pública de restauração

Prezado Sylvio,

Conforme contato telefônico, envio por meio deste e-mail **pedido de cotação de preço** para a realização de serviço de atualização de data-base de planilha orçamentária para contratação de obra. Nesse sentido, considerando a atual necessidade de celeridade de procedimentos, **solicito resposta até a próxima segunda-feira, dia 26/06/2023**. Em observação à IN SEGES 65/2021, a proposta deve conter, no mínimo, as seguintes informações:

- a. descrição do objeto, valor unitário e total;
- b. número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente;
- c. endereços físico e eletrônico e telefone de contato;
- d. data de emissão; e
- e. nome completo e identificação do responsável.

Para tanto, relaciono a seguir os parâmetros do objeto da contratação:

1. DETALHAMENTO DO OBJETO

- a. A presente contratação visa a obtenção de atualização da data-base dos orçamentos de referência para contratação de obras, documentação essa que já obteve em exercícios anteriores aprovação técnica, mas que atualmente encontra-se defasada, referentes às ações de preservação do patrimônio cultural brasileiro, cuja intervenção tenha sido priorizada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan. Esclarece-se que, após a atualização a ser contratada, os documentos serão novamente submetidos à avaliação das unidades competentes do Iphan, visando-se nova aprovação técnica, com o objetivo de viabilizar as contratações das obras e serviços correspondentes.

b. Conforme preconizado no PAC Cidades Históricas - Manual para Execução de Ações em Edificações de Uso Público - Versão 5.1, o produto desenvolvido deve ser entregue em formato PDF e em suas versões editáveis, sendo:

i. Orçamentos e cronogramas em planilha eletrônica compatível com padrão xls, versão 2000.

ii. Descritivos em arquivo eletrônico compatível com padrão doc, versão 2000.

c. Considerando que o produto integrará procedimento licitatório para contratação de obra, o orçamento deve estar equiparado à fase de projeto executivo, ressalvados os casos em que a estratégia de execução esteja compatível com os incisos V e VI do artigo 46 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Esclarece-se que os casos da referida ressalva, caso existam, serão previamente informados pelo Iphan.

d. Tendo em vista a fase de projeto requisitada, e observando as disposições do Decreto 7.983/2013, o orçamento de referência desenvolvido deve conter, no mínimo: orçamento resumido, orçamento sintético, orçamento analítico com composições de preços unitários detalhadas; tabela comparativa de cotações de mercado (acompanhada dos espelhos/comprovantes), composições de BDI (incluindo diferenciado); composição de leis e encargos sociais, memória de cálculo; além de cronograma físico-financeiro.

e. Ainda, observando as disposições do Decreto 7.983/2013, as atualizações devem ser executadas adequando os orçamentos para a data-base, SINAPI e/ou outra base de custos oficial (devido a peculiaridades locais e/ou da ação), mais atual disponível no momento da ordem de início de cada etapa. Assim, não serão aceitos orçamentos em desacordo com o disposto neste item.

f. Para o caso em tela, detalha-se a seguir atribuições de cada parte:

g. Compete ao Iphan:

i. Fornecer de imediato as versões mais atualizadas disponíveis dos projetos (arquitetura e complementares) e do orçamento, aprovados nos termos da Portaria Iphan 420/2010 e considerados em análises técnicas realizada pelo Departamento de Projetos e Obras (DPO/Iphan) tecnicamente aptos para contratação de obra, conforme notas técnicas contidas nos processos específicos de cada ação;

ii. No âmbito de atribuições das Superintendências Estaduais do Iphan, em conformidade com a Portaria 420/2010, analisar em até 15 dias corridos os produtos apresentados pelo contratado, emitindo manifestação formal em caso de necessidade de ajustes, ou encaminhando a documentação para o DPO/Iphan acompanhada de manifestações formais de aprovação;

iii. No âmbito de atribuições do DPO/Iphan, em conformidade com o Manual do PAC Cidades Históricas, analisar em até 15 dias corridos a documentação encaminhada pelas Superintendências Estaduais do Iphan, emitindo manifestação formal sobre a necessidade de ajustes ou sobre a aptidão técnica.

h. Compete à contratada:

i. Executar (cada etapa) em até 30 (trinta) dias corridos, a partir da data de recebimento da documentação fornecida pelo Iphan, a atualização da data-base dos orçamentos de referência para contratação de obras, observando a legislação pertinente e as diretrizes requeridas previamente pelo Iphan;

ii. Quando os orçamentos analisados não obtiverem aprovação técnica do Iphan, executar (cada etapa) em até 15 (quinze) dias corridos, a partir da data de recebimento da notificação emitida pelo Iphan, os ajustes necessários à documentação técnica de orçamento;

iii. Emitir os necessários registros de responsabilidade técnica associados às atualizações dos orçamentos de referência;

iv. Manter o Iphan informado sobre o andamento das operações, com o fornecimento quinzenal de informações sobre o desenvolvimento dos produtos, em meio digital, além de garantir o atendimento às solicitações extraordinárias de informação.

2. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- a. Com o fito de se obter o preço unitário para cada ação, adotou-se m² como unidade, pois é a unidade comumente utilizada para se precificar serviços de elaboração de projetos, orçamentos, entre outros, tendo, como exemplo, o serviço da Tabela SBC (Região BSA - Brasília - DF) de código 109, cuja unidade de medida é o m², e é descrito como "Operação orçamento de obras SBC - Com levantamento fornecido". No entanto, tendo em vista que as ações estão distribuídas em várias cidades do país, que cada uma possui uma tipologia diferente (pois as ações do programa podem ser desde restauração de igrejas, bens integrados, casarões, teatros e museus até requalificações urbanas e de infraestrutura), contendo ou não composições próprias que exijam atualização de pesquisa de mercado, resultando em diferentes áreas (m²) de intervenção, considerando ainda que o grupo de 20 ações não está integralmente definido (depende de sinalização de qual será a priorização adotada pelo Iphan), e de modo a viabilizar os recebimentos por ação ou grupo de ações, construiu-se uma metodologia mista, tomando como referência 10 ações tecnicamente aptas com Planos de Ação aprovados, somando suas respectivas áreas e dividindo o total por 10. Dessa forma, obtém-se um valor de área média por ação, com base em uma amostra razoável.
- b. Assim, a amostra contém as ações listadas abaixo:

UF	MUNICÍPIO	AÇÃO Nº	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	ÁREA (m ²)	VALOR APROVADO (R\$)	DATA-BASE
BA	Maragogipe	57.035	Restauração da Antiga Casa de Câmara e Cadeia	1.973,85 m ²	R\$ 11.756.891,98	06/2019
MG	Diamantina	31.156	Restauração do antigo Diamantina Tênis Clube	1.743,00 m ²	R\$ 8.690.953,15	11/2021
MG	Diamantina	31.159	Restauração do sobrado da Antiga Intendência (antiga prefeitura)	1.109,20 m ²	R\$ 2.337.346,64	03/2020
MG	Sabará	39.184	Restauração do Casarão do Museu do Ouro e anexo	691,69 m ²	R\$ 2.319.091,91	02/2020
MG	São João del Rei	41.191	Restauração da Igreja Matriz N. S. do Pilar	1.760,00 m ²	R\$ 8.913.718,91	07/2016
MG	Serro	43.209	Restauração da Igreja de Santa Rita	336,30 m ²	R\$ 3.948.515,26	02/2020
PE	Olinda	60.294	Restauração do Mosteiro de São Bento e anexo I e II	7.231,68 m ²	R\$ 10.679.385,74	10/2019
PE	Recife	38.302	Restauração da Igreja Matriz de Santo Antônio	2.070,41 m ²	R\$ 3.811.172,26	08/2020
RS	Porto Alegre	37.369	Restauração do Mercado Público	7.151,96 m ²	R\$ 10.003.505,45	07/2019
SE	São Cristóvão	68.402	Restauração do Sobrado do Balcão Corrido	439,65 m ²	R\$ 1.223.368,93	12/2019
TOTAL				24.531,39 m ²	R\$ 63.683.950,23	
TOTAL/10 = ÁREA MÉDIA POR AÇÃO				2.453,14 m²		

- c. Portanto, as próprias ações são as unidades de medida para quantificar as entregas, com base em um preço unitário por ação (a partir da área média), permitindo a obtenção de um preço total para as 20 ações, sem a necessidade de definição dos objetos previamente à contratação do serviço de atualização.

- d. A demanda será quantificada por ação, sendo cada ação definida pela descrição do objeto sob análise, conforme anexo da Portaria Iphan 383, de 20 de agosto de 2013.
- e. Para fins de cálculo da estimativa de prazo para conclusão dos serviços demandados, o conjunto de 20 ações será dividido em 4 (quatro) etapas, cada uma contendo 5 (cinco ações), devendo considerar-se no mínimo 1 (uma) etapa para cada 30 (trinta) dias corridos.
- f. A contratada deverá apresentar, no mínimo, 2 (dois) atestados de capacidade técnica, comprovando que já forneceu serviços semelhantes ao objeto deste Estudo Técnico.
- g. Ao menos 1 (um) dos atestados de capacidade técnica para revisão de planilha orçamentária de referência de obra de engenharia deve ser relacionado a trabalhos no campo do patrimônio cultural ou área correlata, como orçamento para intervenção em edificação tombada ou em área de tombamento, em restauração de bens integrados, em novas construções associadas a bens tombados, em requalificação urbana de áreas valoradas, podendo considerar tombamentos em níveis federal, estadual ou municipal.
- h. O atestado deverá ser fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado e conter nome (razão social), CNPJ e endereço completo da Contratante e da Contratada; características do serviço prestado, descrição do objeto contendo área e valor da intervenção, data da prestação dos serviços; data da emissão, nome, cargo, telefone e assinatura do responsável pela emissão do atestado.
- i. Após o processo licitatório, a proposta ganhadora deverá apresentar, no prazo de até 10 dias úteis, o currículo de cada profissional e as devidas certificações, devendo ser necessariamente profissional habilitado na área de arquitetura, engenharia ou restauração, com registro no respectivo conselho profissional, como forma de demonstrar experiência e apontar o responsável técnico.

Coloco-me à disposição para esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

Obrigado.

Atenciosamente,

Bernardo Pinho Rodrigues

Arquiteto e Urbanista

Departamento de Projetos e Obras – DPO

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SEPS 702/902, Lote C, Centro Empresarial Brasília 50, Torre Iphan, 4º andar – Brasília/DF – CEP: 70390-025

Tel. (61) 2024-6169

bernardo.rodrigues@iphan.gov.br